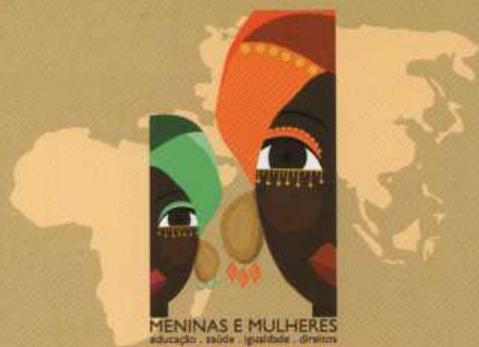


UM CAMINHO PARA O ABANDONO DA MGF E DOS CASAMENTOS INFANTIS, PRECOSES E FORÇADOS

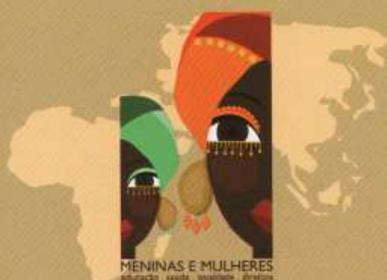


UM CAMINHO PARA O ABANDONO DA MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA (MGF) E DOS CASAMENTOS INFANTIS, PRECOSES E FORÇADOS

A DIVULGAÇÃO DE TODAS AS FOTOS E CITAÇÕES CONTIDAS NESTA PUBLICAÇÃO FORAM AUTORIZADAS AQUANDO DA SUA RECOLHA NAS INICIATIVAS DO PROJETO.

FICHA TÉCNICA:

TEXTO DE: ALICE FRADE, CARLA MARTINGO, FATUMATA DJAU BALDÉ E GRAÇA CAMPINOS POÇAS . FOTOS DE: LUZIA . TIAGO LOPEZ FERNANDES . MARIA MANUEL ANDRADE  
DESIGN GRÁFICO: SALOMÉ LAGE e ADELINO LAGE . IMPRESSÃO: ALFAPRINT, LDA . DEPÓSITO LEGAL: 450080/18 . DIREITOS RESERVADOS . 1ª EDIÇÃO: DEZ. 2018 . TIRAGEM: 500 EXEMPLARES



## ÍNDICE

Introdução	6
Saúde e doença	10
Escola e aprendizagem	19
Quadro legal	22
Campanhas	23
Formação e trabalho com as comunidades	25
Conferências e outros	38
Declarações	41
Alguns elementos e lições aprendidas	48
Notas finais	52
Fotografias/legendas	54

### Introdução

Fez um ano em junho de 2018 que a P&D Factor e o CNAPN, com o apoio do Governo de Portugal, através da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade e da Cooperação Portuguesa em Bissau, apresentaram e iniciaram o projeto de *Capacitação para a Igualdade e Empoderamento de Agentes Chave das Comunidades para o Fim da Mutilação Genital Feminina/Excisão (MGF/E), Casamentos Infantis e Forçados e a promoção da Educação, da Saúde e dos Direitos na Guiné-Bissau e Diáspora*.

Posteriormente designado por “Meninas e Mulheres: Educação-Saúde-Igualdade-Direitos”, este projeto desencadeou aprendizagem e mudança de atitudes e comportamentos junto de profissionais, população dos bairros, lideranças religiosas, grupos de jovens e mulheres, entre outros. Aprendizagem que se tem multiplicado nos dois países e partilhada em reuniões e conferências internacionais.

A formação, a advocacy, a informação/sensibilização, a comunicação, as campanhas, o acompanhamento e o apoio de proximidade de muitas mulheres e jovens têm sido ferramentas e estratégias que usamos e sabemos fazerem a mudança. Mudança na consciencialização e no conhecimento, essenciais ao empoderamento e à tomada de decisão que testemunhamos na Guiné-Bissau e em Portugal.

Com esta publicação, partilhamos alguns dos momentos e resultados alcançados até outubro de 2018, certas que o fim da Mutilação Genital Feminina (MGF), do Casamento Infantil, Precoce ou Forçado, de outras práticas nefastas à saúde e direitos das meninas e raparigas, a educação e a proteção social de meninas, jovens e mulheres, correspondem a ganhos em qualquer indicador de Desenvolvimento e Direitos Humanos, a nível pessoal, local, nacional, regional e global.

*Graça Campinos Poças, P&D Factor - Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento  
Fatumata Djau Baldé, CNAPN - Comité Nacional para o Abandono de Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança*

7



8

*“Aspetos culturais e as tradições (casamentos infantis e forçados, as gravidezes precoces, a não escolarização das meninas, dependência da mulher ao marido, práticas de MGF/E, etc.) afetam negativamente a vida das raparigas, a que acresce o baixo estatuto económico das mulheres - a luta para a promoção e protecção dos direitos humanos das raparigas e mulheres no país assume particular exigência e complexidade”.*

*Estratégia Nacional para o Abandono da MGF/E 2018-2022,  
Guiné-Bissau*

*“O abandono da Mutilação Genital Feminina (MGF) é um imperativo da nossa humanidade”.*

*Rosa Monteiro, Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade,  
setembro de 2018*

9

## **Saúde e doença**

A qualidade dos serviços e dos cuidados de saúde é um indicador de Desenvolvimento e Direitos Humanos que tem na saúde materna e infantil o principal barómetro de sustentabilidade e qualidade.

As consequências da perda de centenas de vidas de mulheres/mães a cada ano tem um impacto/efeito de cascata nas famílias, nas comunidades e no desenvolvimento da Guiné-Bissau. As crianças órfãs de mãe têm menor probabilidade de usufruir de alimentação, cuidados de saúde e educação adequados. As implicações para as raparigas tendem a ser ainda mais elevadas, levando à persistência do ciclo de pobreza, exclusão social, abandono escolar e problemas de saúde.

Práticas como a Mutilação Genital Feminina (MGF), os Casamentos Infantis, Precoces, Forçados e Combinados (CIPF) têm consequências nefastas para a saúde física e mental que se podem manifestar logo após os diferentes procedimentos e/ou manterem-se ao longo do tempo, com manifestações de doenças que são mais frequentes nas mulheres com mutilação genital.

As mulheres e as jovens submetidas à MGF ficam mais vulneráveis a complicações na sua vida sexual e reprodutiva como, a título de exemplo, infeção pelo VIH/SIDA, hepatite B, infertilidade, fistula obstétrica, complicações durante o parto e pós-parto. Pese embora as mulheres com um tipo de MGF terem indicação médica para parto por cesariana, nem sempre é possível por limitações várias, incluindo as financeiras por parte da família.

Alguns indicadores demográficos da Guiné-Bissau e de Portugal  
(Relatório sobre a Situação da População Mundial 2018, UNFPA, Setembro 2018)

País, território ou outra área	Saúde Sexual e Reprodutiva									Práticas nocivas			Educação e emprego		
	Razão de Mortalidade Materna (RMM) (mortes por 100.000 nascidos vivos) 2015	Intervalo de incerteza da RMM (UI 80%) 2015	Partos atendidos por profissionais qualificados, percentagem	Taxa de fecundidade de adolescentes por 1000 meninas de 15 a 19 anos	Taxa de prevalência de contraceptivos entre mulheres de 15 a 49 anos 2018	Demanda não atendida de planeamento familiar mulheres de 15 a 49 anos -2018	Proporção de demanda atendida com métodos modernos mulheres entre 15 e 49 anos 2018	Tornata de decisão sobre Saúde Sexual e Reprodutiva e direitos reprodutivos potencial 2007-2016	Casamento infantil, antes dos 18 anos percentual	MGF prevalência entre meninas de 15 a 19 anos percentagem	Taxa líquida ajustada de matrícula educação primária, percentagem 2007-2017	Índice de paridade de género, educação primária 2007-2017	Taxa líquida de matrícula ensino médio/secundário percentagem 2007-2017	Índice de paridade de género, ensino médio/secundário 2007-2017	
Guiné-Bissau	549	273-1.096	45	106	19-18	21	44	-	24	42	74-70	0,95	-	-	
Portugal	10	9-13	99	8	70-63	9	79	-	-	-	97-96	1,00	93-94	1,01	

País, território ou outra área	Saúde Sexual e Reprodutiva							Fecundidade	
	População total em milhões 2018	Taxa média anual de crescimento populacional (%) 2010-2018	População de 0-14 anos (%) 2018	População de 10 a 24 anos (%) 2018	População de 15 a 64 anos (%) 2018	População de 65+ anos (%) 2018	Expectativa de vida ao nascer (em anos) masculino feminino	Taxa de fecundidade total por mulher 2018	Índice médio de fecundidade (ano) 2015-2020
Guiné-Bissau	1,9	2,5	41	31	56	3	56-60	4,5	19,1
Portugal	10,2	-0,4	13	15	65	22	79-84	1,2	30,7

**“Só percebi o que era o “fanado” quando a minha cunhada levou a minha filha. Eu tinha vindo de férias para conhecer a família e pensei que ela ia visitar outros parentes. Fiquei muito zangada, mas o meu marido sabia e concordou. Eu não posso fazer nada, porque sou de outra região”.**  
Mariama, 48 anos

Nem todas as mulheres têm as mesmas complicações resultantes de uma Mutilação Genital Feminina (MGF), dependem do tipo de corte realizado, da idade da vítima, da região, da própria “fanateca” apesar de, na sua maioria, apresentarem as mesmas consequências a curto, médio e longo prazo.

Algumas das consequências físicas identificadas (por ordem alfabética), caixa pedagógica de imagens, CNAPN, 2016:

- abscessos e quistos;
- alterações no relacionamento do casal, da sexualidade masculina e diminuição da qualidade de vida sexual;
- choque hipovolémico;
- complicações e problemas no parto como, por exemplo, parto prolongado e/ou obstruído, rasgaduras do períneo e sofrimento fetal intra-parto, etc.;
- dificuldade em engravidar;
- dificuldades de cicatrização;
- dificuldades relacionadas com o período e fluxo menstrual;
- diminuição ou ausência de prazer durante as relações sexuais;
- disfunção sexual feminina e dispareunia (dor durante o acto sexual/relações sexuais dolorosas);
- dor crónica;

- fístula vesicovaginal (FVV) e fístula recto-vaginal (FRV);
- fístulas obstétricas;
- impossibilidade/dificuldade de relações sexuais por obstrução do orifício vaginal;
- incontinência urinária;
- infeções do aparelho reprodutivo e infeções sexualmente transmissíveis, incluindo aumento da prevalência do herpes genital;
- infeções pélvicas crónicas, do trato urinário e infeções urinárias recorrentes;
- infertilidade provocada pela obstrução das trompas devido a infeção causada pela prática, ou como consequência de infeções várias do aparelho reprodutivo;
- morte por hemorragia ou por infeções diversas, incluindo tétano e septicemia;
- obstrução do orifício urinário com a consequente retenção da urina e dor no acto de urinar;
- perigos vários e morte de recém-nascidos;
- quelóides;
- sangramento excessivo e choque séptico;
- transmissão de vírus que vivem no sangue como é o caso do VIH e do vírus da Hepatite B.

13

Algumas das consequências psicológicas identificadas (*por ordem alfabética*):

- ansiedade e depressão;
- diminuição da auto-estima;
- perturbações psicossomáticas com sintomas como insónia, pesadelos, alterações do comportamento alimentar, perda ou ganho de peso excessivo, pânico, alterações de humor, dificuldades de concentração e aprendizagem, perda de memória e outros sintomas de stress pós-traumático.



Os casamentos infantis, precoces e forçados, frequentemente com um homem mais velho, estão igualmente associados a problemas de saúde e bem-estar. Há famílias que, pelas situações de pobreza e isolamento, acreditam que a segurança e o futuro das suas filhas reside no casamento. O casamento das filhas pode significar menos despesas correntes com o cuidar e a alimentação, por um lado, ou benefícios para os demais elementos da família associados às ajudas ou aos dotes que são recebidos pelos pais da noiva, por outro. Há acordos para casamento realizados com a menina ainda criança que asseguram um contributo regular do noivo à família da menina para cuidados até à consumação do casamento. O abandono precoce do ensino formal e o casamento é, para muitas meninas, o caminho para a desigualdade e discriminação, com a limitação das suas oportunidades para uma vida saudável, ao trabalho digno, à integração e participação social. A gravidez em adolescentes, a dependência da família para aceder aos cuidados de saúde, relações familiares marcadas por manifestações de violência, poder e subjugação são frequentemente responsáveis por problemas de saúde física e mental que acompanham todo o ciclo de vida destas meninas/mulheres.

Os casamentos precoces, além da diferença de idades entre marido e mulher, das relações sexuais não desejadas ou consentidas, são acompanhados de gravidezes em meninas com idades para brincar e estudar, cujo desenvolvimento bio-psico-social ainda não está preparado para a maternidade e cuidados inerentes.

15

*“Eu casei aos 12 anos e tive o primeiro filho aos 14 anos, o meu marido sempre me tratou bem e nunca me faltou nada em casa. Ele sempre me protegeu das irmãs e das outras mulheres. Só eu lhe dei filhos homens. Também quero isso para a minha única filha viva e o primo do meu cunhado, que é viúvo e tem terras, tem uma casa, é empresário, e pode dar-lhe uma boa vida”.*

*Fatumata, 56 anos*

As complicações ligadas à gravidez e ao parto são a principal causa da mortalidade entre raparigas dos 15 aos 19 anos nos países em desenvolvimento, com frágeis sistemas de saúde e proteção social. Na Guiné-Bissau, a taxa de fecundidade em adolescentes é de 106‰, quando em Portugal é de 8‰.

Melhor saúde materna está ligada à melhoria da saúde das mulheres e das famílias em geral. Cuidados de saúde, antes, durante e após a gravidez e parto, são essenciais para as mulheres e crianças. Alguns estudos indicam que mais de metade das mulheres grávidas na Guiné-Bissau sofrem de anemia, de subnutrição materna e hipertensão, factos que põem em risco a saúde das mulheres, se não devidamente acompanhadas por profissionais.

16

A saúde materna está diretamente ligada ao estatuto social das mulheres e ao seu poder na tomada de decisão. Em sociedades onde, tradicionalmente, os homens controlam as finanças domésticas, a saúde da mulher não é considerada uma prioridade e as mulheres não se encontram em posição de decidir se ou quando querem engravidar, o número e espaçamento das suas gravidezes.

*“Hoje está diferente. Não fizemos o casamento dos nossos filhos, casaram com quem escolheram. Os nossos filhos foram à escola e as minhas noras vão ao médico e falam com a enfermeira. Eu ajudo os meus filhos e eles apoiam-me muito mais mas não deixam que faça tratamentos tradicionais e outras coisas às crianças. Todos os meus netos estão vivos e com saúde, mas dos 12 filhos que tive 8 morreram no parto ou tempos depois”.*

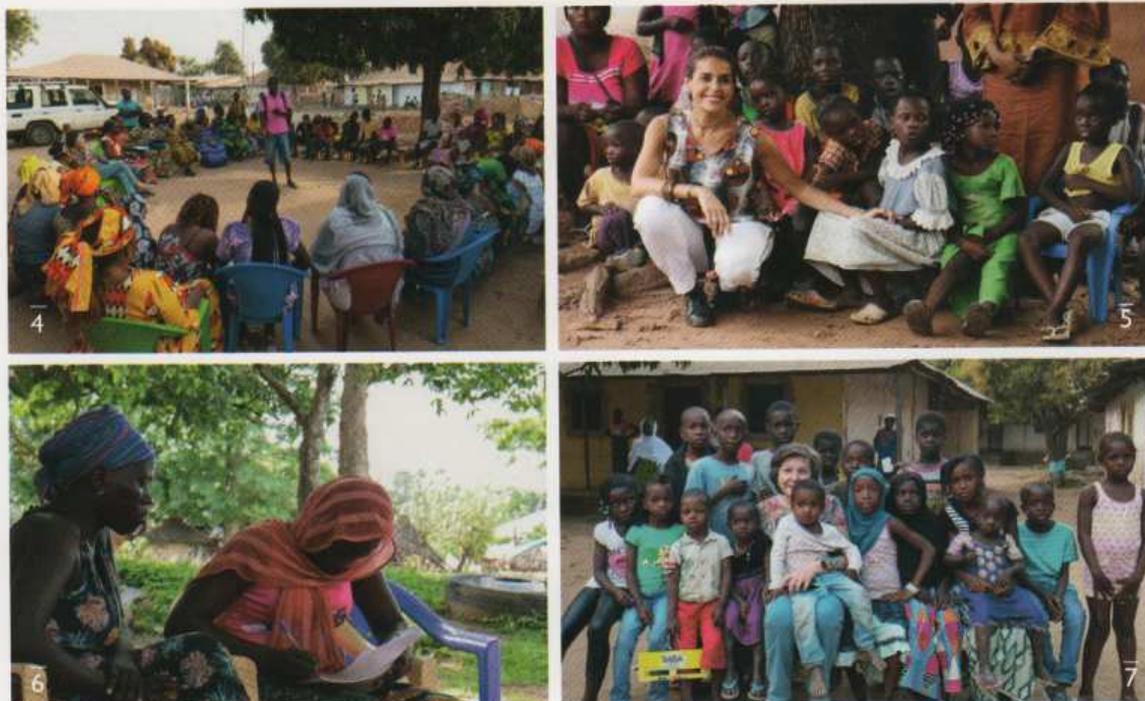
*Binta, 70 anos*

Enquanto Portugal tem dos melhores indicadores de saúde materna, neo-natal e infantil do mundo, a Guiné-Bissau tem das mais altas taxas de mortalidade e morbidades materna, neo-natal e infantil. Esta é uma realidade que urge resolver também no quadro das opções políticas e na cooperação bi e multilateral.

*“Quando uma mulher morre ou fica com lesões graves como a fistula por causas associadas à gravidez e ao parto, quando uma menina morre de septicémia devido a práticas nefastas e tradições todos somos responsáveis”.*

*Dr. Alfredo Alves, Director Geral de Saúde Reprodutiva*

17



18

## Escola e aprendizagem

A literacia é um problema na população guineense, sobretudo entre as mulheres. De acordo com dados do Relatório do Sistema Educativo Nacional (2014), são preocupantes e comprometedores do desenvolvimento do país os valores de iliteracia até aos 25 anos: 53,7% de raparigas e 46,30% de rapazes não são escolarizados ou não completaram qualquer nível de estudos.

Estes números crescem quando falamos de população adulta, num país com 60% da população a viver no meio rural, com forte instabilidade e carências no sistema de ensino público. Escolas comunitárias, privadas e corânicas, sem efetivo acompanhamento pedagógico das entidades competentes, são parte significativa da oferta educativa na Guiné-Bissau. O fraco domínio da língua oficial - portuguesa - dificulta o acesso à formação profissional de qualidade e à leitura, contrastando com o uso de crioulo e línguas étnicas de uma forma quase generalizada no ensino básico, secundário, profissional e universitário.

O uso das línguas locais é generalizado também nos serviços públicos, nas comunicações de entidades de governo, parlamento e outras entidades oficiais.

A manutenção das meninas e jovens mulheres no sistema formal de ensino é essencial para aprenderem a ler, a escrever, a contar e a pensar mas, também, para promover competências sociais, de saúde, de cidadania e profissionais que estimulam o empoderamento económico e integração social.

19



*“Deixei a escola aos 13 anos, estava na 6ª classe. Não havia aulas todos os dias, porque os professores faltavam e as propinas eram caras. Passei a ajudar a minha mãe com a venda de sumo e peixe, sabia fazer bem contas e melhoramos a vida. Hoje sou casada, tenho 3 filhos e consigo ensinar-lhes algumas letras, mas tenho pena de não ter continuado, porque talvez tivesse um trabalho mais leve e com mais ganhos. Todos os dias deixo dinheiro numa caixa para pagar a escola. Não vou deixar que façam o mesmo que eu. Estão na escola privada, porque os professores continuam a faltar muito, porque não recebem ordenado. Depois quero que vão para a universidade para Portugal ou França, onde tenho família”.*

*Fatumata, 20 anos*

*“Acabei o ensino secundário, tenho 17 anos e gostava de ir para a universidade, mas as propinas são muito caras e a minha mãe não me pode ajudar. Vou ver se consigo ajuda e alguns trabalhos para depois continuar a estudar”.*

*Ilda*



21

### Quadro legal

O conhecimento da existência de legislação que proíbe e criminaliza a Mutilação Genital Feminina (MGF) e os Casamentos Infantis (CIPF) é uma realidade testemunhável, quer na Guiné-Bissau quer em Portugal. No entanto, argumentos de identidade cultural, tradição, prática religiosa, respeito pelos mais velhos e poder das famílias, associados à proteção e segurança das meninas e jovens, são frequentemente utilizados na defesa destas e outras práticas lesivas dos direitos fundamentais das crianças, jovens e mulheres. As vozes e rostos mais representativos no movimento que defende e promove o abandono das práticas nefastas e a divulgação da legislação são, sobretudo, dirigentes e membros de associações de direitos humanos com objetivos em matéria de saúde, educação, defesa de crianças e mulheres, igualdade de género, imames, ativistas em vários setores sociais mas, também, lideranças políticas, comunitárias, grupos de jovens, parlamentares, jornalistas e artistas.

*“Eu pertenço à comunidade praticante e sou parteira. Sou conhecida no meu bairro e as pessoas vêm ter comigo quando têm algum problema e eu se souber ajudo, ou então encaminho para o médico. Já toda a gente sabe que eu não aceito a MGF, o meu marido quando as nossas filhas nasceram disse à mãe, às tias e às irmãs que não queria que fossem ao “fanado”... Houve um tempo em que as levava para o trabalho para as proteger, mas agora com a Lei ninguém se atreve. Eu digo sempre que não sou contra as pessoas, sou contra a MGF porque faz sofrer e podem mesmo morrer. Eu engravidei 7 vezes e tenho 3 filhos vivos - 2 meninas e 1 menino”;*

*Adija, 42 anos*

## Campanhas

Campanhas, contactos directos, iniciativas de sensibilização e formação, informação passada nas mesquitas às sextas-feiras, programas de rádio e televisão, artigos e entrevistas na imprensa escrita, comunicados e iniciativas públicas para assinalar dias nacionais e internacionais (como o 6 de fevereiro, 8 de março, 11 de julho, 25 de novembro e 10 de dezembro), são alguns dos meios utilizados para passar conhecimento e promover o debate sobre a legislação. Esta deve ser enquadrada nas consequências que as práticas nefastas têm na saúde e na educação, na igualdade e integração social, em respeito pelos direitos fundamentais de todas as meninas e mulheres. A Campanha “Sim Igualdade” reuniu 60 mulheres de Portugal e da Guiné-Bissau, entre 11 de novembro e 9 de janeiro, com fotos e frases das próprias, alusivas aos conteúdos do Projeto. Reuniu Parlamentares, ex-Governantes, Jornalistas, Artistas, Investigadoras, Ativistas e Empresárias. A campanha recebeu mais de 175.000 reações positivas e mais de 200 partilhas nas páginas do Facebook e Instagram, para além de 60.000 downloads no site da P&D Factor ([www.popdesenvolvimento.org](http://www.popdesenvolvimento.org)). As três mensagens vídeo da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade no lançamento do projeto, em julho de 2017, no *Dia Internacional de Direitos Humanos*, em 10 de dezembro de 2017, e no *Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF*, em 6 de fevereiro de 2018, ultrapassaram as 17.400 visualizações.

23

No Dia Internacional dos Direitos Humanos, “Sim Igualdade” juntou mulheres protagonistas da campanha e imprensa em Lisboa e Bissau. Para assinalar o Dia Internacional de Tolerância Zero à Mutilação Genital Feminina (MGF) a equipa da P&D Factor/CNAPN produziu, para as redes sociais e imprensa em formato de campanha, mensagens específicas da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa - *Maria Manuela Leitão*, da Presidente da P&D Factor - *Graça Campinos Poças* e da Presidente do CNAPN - *Fatuma Djau Baldé*, bem como factos sobre a MGF (OMS e Programa conjunto UNFPA/UNICEF), de 1 a 6 de fevereiro de 2018, com mais de 13.100 reações positivas.



## Formação e trabalho com as comunidades

Profissionais de saúde e de educação, mulheres, jovens, imames, docentes, ex-fanatecas e herdeiras da faca, jornalistas, Senhoras de Si e equipas do CNAPN foram os grupos prioritários da formação.

***“Devemos investir em todas as raparigas para que estejam munidas de conhecimento, de educação, de competências e de confiança nelas mesmas, para assumirem o controlo de suas vidas. Trabalharemos juntos em diversos sistemas, principalmente na educação, na saúde sexual e reprodutiva, na justiça, na proteção social, na proteção da criança e no registo.***

*Fatumata Djau Baldé*

A capacitação das comunidades dos bairros abrangidos pelo projeto passou, necessariamente, por implementar momentos específicos de formação e debate para diferentes intervenientes que vivem, trabalham ou são recursos essenciais e amplificadores na mudança de comportamentos e reforço de conhecimento. Foram assim desenhados e implementados cursos e módulos específicos para a formação dos diferentes grupos estratégicos. As pessoas que frequentaram os diferentes momentos de formação foram sendo convidadas para integrar outras atividades do projeto, incluindo conferências, sessões de sensibilização e campanhas, permitindo assim a continuidade da colaboração, bem como oportunidades para saber mais, debater e participar.

25

***“Projetos dirigidos à prevenção de comportamentos de risco, à promoção de direitos humanos e ao empoderamento em igualdade, devem ser um contínuo integrado em programas e prioridades políticas e técnicas, pelo menos no espaço-tempo de uma geração”.***

*Graça Campinos Poças*

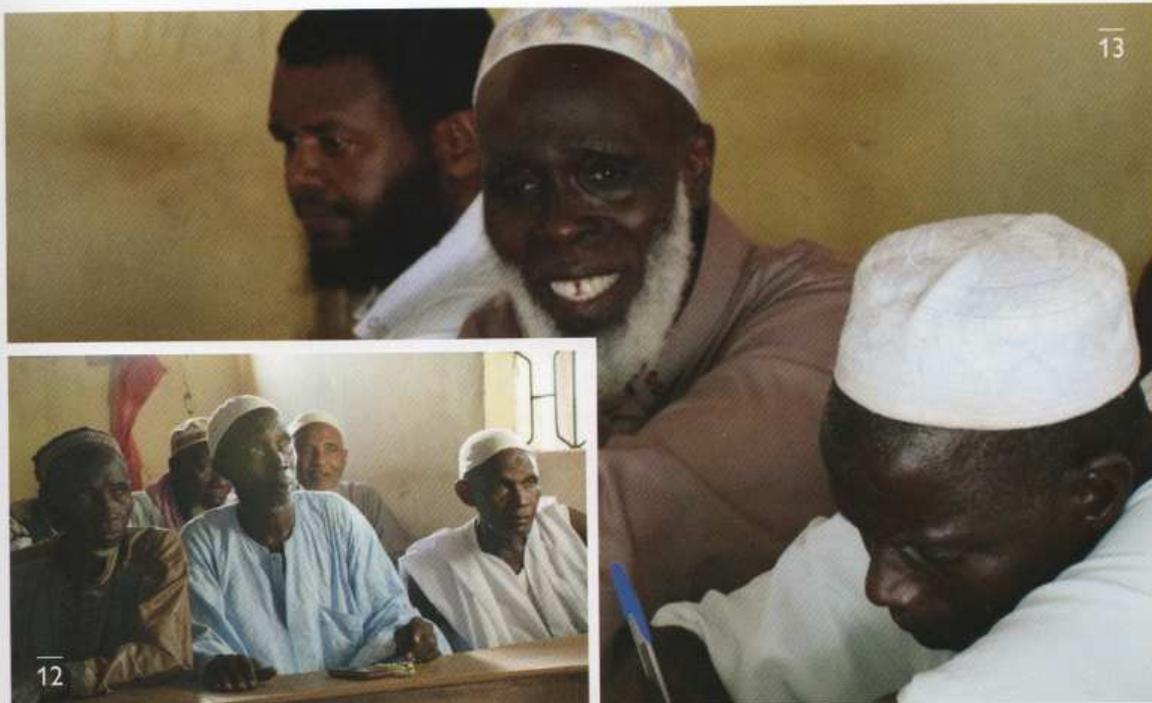
A primeira atividade do projeto foi o curso de Formação de Jornalistas “O papel social do jornalismo e dos *mass media* em matéria de Igualdade”, assegurado em Bissau pela jornalista na RTP África Carla Adão que trabalhou na Guiné-Bissau e é uma referência entre os pares, permitindo melhor perceber os desafios em matéria de recursos e éticos que a imprensa enfrenta no país. A entrega de diplomas coincidiu com a Conferência de Apresentação do projeto, realizado no Centro Cultural Português em junho de 2017. Jornalistas de rádio, jornais on-line e TV são presença regular nas atividades do projeto.

***“Proteger as meninas e as mulheres das práticas nefastas, capacitar profissionais, lideranças e comunidades, em projetos que façam pontes entre países, é trabalhar na defesa e promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento para todas as pessoas”.***

*Catarina Marcelino, Deputada, ex-Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade,  
junho de 2017*

As ações de formação desenvolvidas nos dois países abrangeram 416 pessoas, sendo 168 homens e 248 mulheres.

26



A formação de jovens integrou diferentes momentos: a formação inicial para jovens animadores e educadores, de onde saiu a equipa de 2 rapazes e 2 raparigas a trabalhar no projeto mas, também, os jovens promotores locais que, nos bairros, continuam o trabalho voluntário de ligação e sinalização com as equipas do CNAPN. Estas, para além de elementos essenciais no trabalho desenvolvido, são “barómetros” fundamentais dos avanços, necessidades e desafios que pessoas individuais e grupos organizados enfrentam, na dinâmica coletiva dos bairros.

A formação dirigida a profissionais de saúde, os contactos contínuos com os serviços da administração central, serviços disponíveis nos bairros e cuidadores permitiu, além de melhorar os conhecimentos e práticas, fazer levantamento de necessidades a que importa responder no contexto da formação básica e complementar de profissionais de saúde. Esta formação teve lugar em fevereiro de 2018 e contou com a participação de médicas, enfermeiras, parteiras e assistente social que estavam nos cuidados de saúde de 1ª linha, nos serviços de saúde que abrangem os 10 bairros do Setor Autónomo de Bissau (SAB) envolvidos no projeto. Para a maioria, era a primeira vez que participavam numa ação de formação pois, frequentemente, a formação é dirigida às chefias técnicas e de gestão. Dada a escassez de profissionais e presença de diferentes obstáculos, foram necessários contactos personalizados para assegurar a participação.

*“A prevenção das práticas nefastas à saúde de meninas e mulheres é uma missão dos profissionais de saúde, conjuntamente com as escolas e outros agentes sociais”.*

*António Carlos Silva, médico de Saúde Pública e dirigente associativo*

A exibição do filme “As vozes contra a MGF”, com enfoque importante na saúde e nas tradições, foi facilitadora de um debate onde o Professor e Imã Malan Djassi identificou algumas das respostas essenciais para apoiar o papel de profissionais de saúde no abandono de práticas como a MGF. A participação no curso de Complemento de Formação de Parteiras, para a obtenção de grau de licenciatura e título de Parteira Geral Especialista (uma parceria do UNFPA e Escola Nacional de Saúde, com a coordenação da Enf<sup>a</sup> Deolinda Major, consultora e cooperante portuguesa, e Arcangela Berta Mendonça, Coordenadora Pedagógica, Assistente Social), bem como o Workshop dirigido a profissionais de saúde no Seminário “Meninas e Mulheres: Educação-Saúde-Igualdade-Direitos”, realizado em 13 de setembro na Universidade Lusófona de Bissau, foram momentos essenciais para aferir, melhorar conhecimentos e fazer o levantamento de necessidades e de respostas, aos desafios em matéria de saúde.

29

A formação de ex-Fanatecas e herdeiras da faca, permitiu o encontro de mulheres que têm uma história comum e partilhada ao longo de muitas gerações. Mulheres que, na sua maioria, acreditavam estar a fazer o bem quando faziam uma MGF, com um estatuto e papel social reconhecido e respeitado enquanto transmissoras e cuidadoras de tradições. O *Abandono da MGF* não foi um processo imediato e muito menos fácil. A existência da lei foi um passo decisivo. Embora existam associações de ex-Fanatecas e uma organização administrativa das mesmas por regiões, importa identificar formas de manter contactos e reforçar a sua participação no ativismo pelo abandono, pelo que são convidadas para as diferentes iniciativas levadas a cabo pelo projeto, pelo CNAPN e associações - membro.

*“Quando me vieram pedir para fazer “fanado” a uma menina eu disse que não. Tinha ouvido muitas palestras nas visitas à tabanca e ao bairro. Agora não se podia fazer, havia uma lei a proibir. O tio da menina disse-me que em Portugal faziam e também havia lei. Eu disse-lhe para fazer lá, ou que me levasse lá, para eu explicar que na Guiné-Bissau não podem fazer...aproveitava e via a minha família”.*

*Nhima, ex-Fanateca*

*“Só quando vi as fotografias percebi o que acontecia com o “fanado”, foi difícil olhar...eu não sabia”.*

*Cadi, ex-Fanateca*

*“Quando a minha primeira neta foi ao “fanado”, senti-me mal pela minha nora e toda a família chorava porque a menina gritava muito. Duas vizinhas perderam os filhos machos no parto e uma delas foi abandonada pelo marido. Eu tinha estado lá quando foram ao “fanado”. Depois comecei a ouvir os médicos, as enfermeiras, o imame, a rádio e até o meu filho que vive em França. Fui falar com o CNAPN, ajudaram-me a perceber, nunca mais fiz”.*

*Mariama, ex-Fanateca*



31

A formação de líderes religiosos islâmicos, imãs e chamadores de mesquitas dos bairros abrangidos pelo projeto teve impacto mobilizador e difusor de mensagens, contribuindo para a auto-responsabilização e aprofundamento dos conhecimentos sobre o Islão e pedagogia islâmica, para promover a melhor informação e bem-estar ao serviço das comunidades.

*“A excisão das partes genitais é uma herança de um mau costume, ainda praticado em algumas sociedades e países, e que certos muçulmanos praticam apenas por imitação. Esta prática não tem justificação no Corão e não respeita os Ensinamentos do Profeta”.*

*Prof. Malan Djassi, Prof Corânico, Vice-Presidente do CNAPN*

As missões de membros CNAPN a Portugal incluíram sempre a formação com líderes religiosos, na forma de encontros que tiveram lugar em várias mesquitas e centros de oração. Aqui, através dos Professores Islâmicos guineenses, Malan Djassi e Mamadú Embaló, foi possível melhorar os conhecimentos dos imames, mas também identificar caminhos e oportunidades, consolidados nas reuniões com o Imã da Mesquita Central de Lisboa, com a Associação Islâmica Portuguesa e outras, que vêm acontecendo desde 2015.

Estes contactos permitiram a identificação de características específicas dos líderes religiosos guineenses, bem como a constatação da frequente mobilidade e alteração de moradas dos centros de oração e mesquitas informais.

32



16

33

*“ Como podem ser imames, conselheiros das suas comunidades, ensinar o Corão e a pedagogia islâmica, se não sabem ler nem escrever árabe? Ter o livro decorado e conhecer alguns hadices não faz de ninguém um líder religioso. Importa ser fluente em vários idiomas e escritas. Um imã, um professor corânico, tem de estudar muito e estar sempre actualizado nos seus conhecimentos”.*

*Prof. Mamadú Embaló, Mestre em Ciências da Educação, docente de Educação Islâmica e Língua Árabe, Liga dos Sábios Muçulmanos da Guiné-Bissau*

Ao longo do ano foram realizados vários encontros com lideranças religiosas, destacando-se a Universidade Lusófona em Lisboa, através do Departamento de Ciência das Religiões, que projetou uma pós-graduação dirigida a líderes religiosos, co-organizou o Seminário “Mutilação Genital Feminina e outras práticas nefastas: tradição ou religião?” e o “Encontro as Meninas e Raparigas no Islão”, co-organizado com a Associação Corações Com Coroa, e a visita à Escola Islâmica de Palmela.

Da formação de professores, resulta a necessidade do aprofundamento pedagógico e curricular das temáticas e orientações para a prevenção e sinalização de situações de risco, nos vários níveis de ensino.

A formação de mulheres ativistas, líderes de associações de bairro, empresárias e outras, foi realizada nos bairros do SAB abrangidos pelo projeto e em Portugal na região da grande Lisboa, com mulheres que ainda não tinham participado em projetos sobre estas temáticas e residentes nas zonas de Almada e Caparica.

Em Bissau, a formação foi realizada em dias consecutivos, o que não foi possível em Portugal. Aqui, os primeiros encontros "Senhoras de Si" envolveram mulheres de origem africana e romani, abrangidas pelo RSI. Os referenciais sócio-culturais, as disponibilidades temporais e as dinâmicas familiares e profissionais, de difícil conciliação, não permitiram que o grupo se mantivesse inalterado até ao final da formação. Para a segunda ronda de encontros, a opção foi trabalhar o modelo "Senhoras de Si" com grupos mais pequenos de mulheres migrantes (Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau), mas também de Portugal, numa sala disponibilizada por um serviço local de saúde, de fácil acessibilidade. Todas as sessões foram acompanhadas por uma enfermeira da unidade de saúde, o que facilitou a proximidade e a identificação de situações passíveis de seguimento. Pelos horários e locais de trabalho, a formação tinha lugar ao final da tarde.

*Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecem uma meta ambiciosa de eliminar práticas prejudiciais às meninas e às mulheres até 2030. Já é tempo de eliminar a violência baseada em género e as práticas prejudiciais, como a Mutilação Genital Feminina (MGF) e os casamentos infantis, precoces e forçados da face da Terra, para sempre.*

*Catarina Furtado, Embaixadora de Boa Vontade da UNFPA*

Em Bissau, os encontros comunitários nas suas várias formas, incluindo os Djumbais, foram sempre muito participados e algumas das mulheres deram o rosto pela Campanha "Sim Igualdade".

Ao longo do primeiro ano, realizaram-se 322 sessões nos bairros, incluindo nos 43 Djumbais, abrangendo 11.353 pessoas, sendo 5.982 mulheres e 5.371 homens.

35

A presença de membros do Governo de Portugal nas iniciativas, realizadas em setembro de 2018, no Bairro Hafia, Cupilum de Baixo e Plack 1, assumiram a forma de Djumbais, com a apresentação de peças de teatro comunitário. Mobilizaram um grande número de pessoas que, de acordo com o registo feito pelas equipas, contou com cerca de 770 participantes. Assim, nesta forma de encontros participaram ao longo do projeto um total de 3.166 pessoas.



36



37

### Conferências e outros

As iniciativas públicas nacionais e internacionais com o formato de Encontro, Conferência, Seminário e Workshop, envolveram, até setembro de 2018, 1.277 pessoas.

O Seminário e Workshops, realizados em setembro, com a presença de membros dos governos de Portugal e da Guiné-Bissau contaram, com 150 participantes, dos quais 95 profissionais de diferentes áreas.

*“A mobilização e participação das comunidades, o forte envolvimento de jovens e mulheres a que assistimos em Bissau, graças ao trabalho do CNAPN e da P&D Factor, são inspiradoras para o que há a fazer em defesa da igualdade”.*

*Rosa Monteiro, Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, setembro 2018*



38

A participação em iniciativas internacionais, com a difusão alargada do projeto, foi uma constante no contexto europeu e africano, nomeadamente: na International Consultation for Parliamentarians on “Up holding the Rights of Girls, Ending Female Genital Mutilation and Child Marriage” (Fez, Marrocos); no acolhimento pela P&D Factor, dos encontros em Lisboa do Chefe do Departamento de Género, Direitos Humanos & Cultura do UNFPA, Luís Mora e Nafissatou Diop, Coordenadora do Programa conjunto UNFPA/UNICEF para acelerar o abandono da MGF/C com a CIG, Camões - IP, Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento (GPPsPD) e Embaixadora de Boa Vontade do UNFPA, Catarina Furtado; no *side event* da 38ª sessão do CDH das Nações Unidas “Legal Frameworks to End Female Genital Mutilation: closing de implementation gap” e a responsáveis da Organização Mundial de Saúde (OMS) e IAC - Comité Inter-Africano (Genebra); reunião sobre o tema promovido pelo Banco Mundial em Washington que contou com a participação da Presidente do CNAPN, Fatumata Djau Baldé, e a mais recente apresentação de uma comunicação no Burkina Faso pela Presidente do CNAPN, no “Technical Dialogue and Sharing of Experiences da International Conference on Female Genital Mutilation”, promovida pela União Africana e Programa Conjunto UNFPA/UNICEF, realizada em 24 e 25 de outubro, Ouagadougou, Burkina Faso.



## Declarações

No decorrer do primeiro ano, foram elaboradas e assinadas publicamente duas declarações de compromisso para o Engajamento e Abandono das Práticas Nefastas e defesa dos Direitos Humanos de meninas, jovens e mulheres.

***“O Desenvolvimento e os Direitos Humanos requerem o empoderamento legislativo e económico em Igualdade de Género”.***

*Suzi Barbosa, Deputada ANP e Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares, Guiné-Bissau*

***“O abandono de práticas nefastas à igualdade é um sinal de maturidade sócio cultural das comunidades e países”.***

*Alice Frade, P&D Factor*



41

Na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, em 3 de julho de 2018, na Conferência "Meninas e Mulheres: Educação, Saúde, Igualdade e Direitos - sem deixar ninguém para trás" por representantes dos 10 Bairros do Setor Autónomo de Bissau (Militar, Hafia, Bissaque, Cuntum Madina, Quelelé, Cupilum de Cima, Cupilum de Baixo, Missira, São Paulo, Plack1), pelas Presidentes da Rede de Mulheres Parlamentares, Dep. *Suzi Barbosa*, do CNAPN, *Fatumata Djau Baldé* e da P&D Factor, *Graça Campinos Poças*. A assinatura desta primeira declaração do projeto foi feita em presença de parlamentares da Guiné-Bissau e Portugal, de representantes do Governo guineense, da sociedade civil, do sistema das Nações Unidas, Embaixadora de Boa Vontade do UNFPA - *Catarina Furtado*, do Embaixador de Portugal na Guiné-Bissau - *António de Carvalho* e jornalistas.

***“Com a visita e conhecimento deste projeto de parceria e cooperação, aprendemos todos os dias o muito que há a fazer, incluindo o contributo de cada um de nós, para que os direitos fundamentais de todas as mulheres sejam respeitados e o direito ao desenvolvimento alcançado”.***

*Rui Riso, deputado GPPSPD, Portugal*

42

No Seminário e Workshop “Meninas e Mulheres: Educação, Saúde, Igualdade e Direitos - *sem deixar ninguém para trás*”, realizado na Universidade Lusófona de Bissau, em 13 de setembro, foi assinada pelos participantes uma declaração de compromisso para o abandono das práticas nefastas em presença da Ministra da Saúde Pública, Família e Coesão Social da Guiné-Bissau - *Maria Inácia Có Sanhã*, da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade de Portugal - *Rosa Monteiro*, da Secretária de Estado da Saúde de Portugal - *Rosa Matos*, pelas Presidentes da P&D Factor - *Graça Campinos Poças* e do CNAPN - *Fatumata Djau Baldé*, demais representantes da sociedade civil guineense, sistema das Nações Unidas no país e pelo Adido da Cooperação Portuguesa em Bissau - *António Nunes*.



43

No final da 1ª fase, o Projeto “Meninas e Mulheres - Educação, Saúde, Igualdade, Direitos” alcançou, diretamente, mais de 17.526 pessoas nas diferentes tipologias de atividades. Não está aqui contabilizado o alcance das iniciativas nas plataformas digitais, imprensa e redes sociais, nem junto das comunidades abrangidas por atividades do projeto noutras regiões, o que potenciará o número anteriormente referido.

Esta fase do projeto, com a duração de um ano, teve resultados muito além do projetado, nomeadamente:

- mudança visível de mentalidades e comportamentos nas comunidades beneficiárias;
- maior envolvimento de personalidades dos diferentes bairros e de âmbito nacional;
- desmitificação de temáticas consideradas tabú pelas comunidades que hoje em dia se expressam, individual e coletivamente, livremente e sem quaisquer constrangimentos, nomeadamente os ligados à idade e ao sexo;
- maior envolvimento das lideranças religiosas islâmicas no combate às práticas nefastas;
- na Guiné-Bissau, hoje, um maior número de pessoas estão consciencializadas e engajadas em denunciar os casos de violação da lei;
- o alargamento do espaço territorial do projeto, resultado da formação de jornalistas, com o surgimento de programas radiofónicos, na TGB e na RTP África, e a participação de pessoas vindas de diferentes regiões, em sessões de IEC (*Informação, Educação, Comunicação*) e de Advocacy;

- maior envolvimento de ex-Fanatecas, ajudantes e herdeiras da faca no combate às práticas nefastas;
- sinalização informal de situações de risco envolvendo crianças em viagem no período de férias;
- maior envolvimento e engajamento de políticos em relação ao combate às práticas nefastas nos dois países;
- reforço de contactos e colaboração entre as entidades oficiais e sociedade civil Portuguesa e Guineenses em vários domínios;
- testemunho das situações vividas e participação nas atividades realizadas;
- maior proximidade de estruturas oficiais dos dois países;
- mobilização de diferentes vontades e cooperação;
- maior e melhor conhecimento das realidades nos dois países pela proximidade e participação, promovidas nesta fase do projeto;
- partilha de experiências entre diferentes atores sociais e políticos nacionais e internacionais.

45





47

#### Alguns elementos e lições aprendidas

- A prática de Mutilação Genital Feminina (MGF) pode estar a ser realizada de forma encoberta, com medo de denúncias e procedimentos judiciais.
- Há nos dois países lideranças religiosas e outras a defender a MGF e os Casamentos Infantis, Precoces e Forçados como "direito humano à cultura e identidade", mas existe um potencial de mudança que importa alimentar positivamente.
- Os trabalhos de sensibilização realizados deram informação, comunicaram e promoveram visibilidade dos agentes e atores sociais, pelo que é agora necessário responsabilizar, reforçar e dinamizar os trabalhos, incluindo promotores locais/pontos focais dos bairros.
- Existem indícios fortes de vontade da mudança de mentalidades no sentido positivo, com engajamentos de vontade política, de lideranças religiosas, tradicionais e comunitárias.
- A escolarização das raparigas foi apontada como via para igualdade de género e abandono das práticas tradicionais nefastas, concretamente da MGF e Casamentos Infantis, Precoces e Forçados.
- A alfabetização das mulheres é tida como uma das formas para mais e melhor empoderar, também economicamente, e envolver pessoas e comunidades.

48

- A sensibilização porta a porta e o acompanhamento de casos é tida como uma das alternativas para atingir mais pessoas e pessoas não envolvidas em movimentos coletivos.
- A relevância da participação de diferentes dinâmicas comunitárias e de liderança.
- A relevância da abordagem holística e de prevenção para a mudança sustentável de atitudes e comportamentos.
- A importância e necessidade de mais e diferentes instrumentos pedagógicos e de comunicação.
- A crucialidade do investimento na formação e engajamento de profissionais de saúde e educação, ex-fanatecas, ativistas e promotores locais.
- A importância e papel dos pontos focais/ promotores nos bairros intervencionados.
- Mais envolvimento de órgãos e meios de comunicação na multiplicação de mensagens.
- A importância de oportunidades de formação contínua e sensibilização junto das diferentes comunidades e profissionais.
- A importância das missões de partilha para a dinâmica e objetivos do projeto.

49

*“Não podemos deixar ninguém para trás ou esquecido. Temos de ser guardiãs e guardiões do dever da sociedade de cumprir suas obrigações para uma geração inteira... e só assim o Desenvolvimento em linha com os Direitos Humanos das Agendas nacionais, regionais e globais será cumprido”.*

*Graça Campinos Poças*

*“É importante sublinhar que, durante cerca de 30 anos, fizemos debates contraditórios a todos os níveis para chegarmos à conclusão irrefutável de que a prática de Mutilação Genital Feminina é nefasta e deve ser abandonada. Por isso, a hora não é mais de palavras, é necessário agir para eliminar esta prática inaceitável e degradante”.*

*Fatmata Djau Baldé*



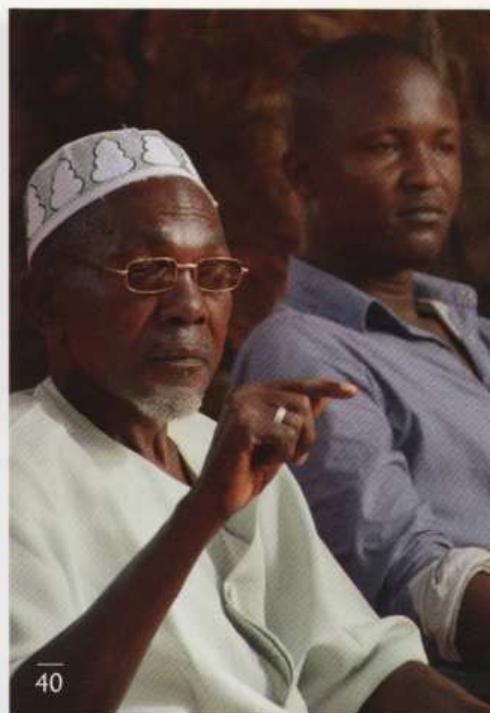
36



37



38



### Notas finais

O movimento associativo, nas suas várias formas e dinâmicas, constitui-se como espaço de formação e cidadania e processo contínuo de ensino - aprendizagem, mas também de oportunidades de trabalhar em equipa, troca de experiências e partilha de saberes.

Na Guiné-Bissau, a dinâmica associativa, sobretudo na sua dimensão informal, é profundamente diversa, plural, espontânea, interventiva e mobilizadora, com forte participação de mulheres.

Esta dinâmica cultural da sociedade guineense pode, e deve, ser enriquecida com a criação de espaços e momentos que permitam realizações promotoras da igualdade de oportunidades e de empoderamento, garantindo: a aprendizagem do ler e escrever, dos enquadramentos legislativos e de Direitos Humanos fundamentais, de noções essenciais de Saúde, incluindo saúde sexual e reprodutiva, de mecanismos de Proteção Social, entre outras.





#### Fotografias/Legendas

Foto 1: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Facas do ritual do *fanada*

Foto 2: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Sessão de Informação com Mulheres, Bairro de Bissaque

Foto 3: Maria Manuel Andrade, 2018, Equipa Animadores/as do CNAPN

Foto 4: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Sessão com Comunidade, Bissau

Foto 5: Maria Manuel Andrade, 2018, Embaixadora de Boa Vontade do UNFPA, Catarina Furtado com crianças, Bairro Militar

Foto 6: Luzia, 2017, Sessão de Informação com jovens raparigas, Bairro Háfia

Foto 7: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Graça Campinos Poças com crianças, Bairro Bissaque

Foto 8: Luzia, 2017, Jovens, Bairro Háfia

Foto 9: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Encontro com comunidade da Tabanca de Madina Mandinga

Foto 10: Tiago Lopez Fernandes, 2017, Parlamentares com a Campanha Sim Igualdade no Dia Internacional dos Direitos Humanos, Lisboa

Foto 11: Maria Manuel Andrade, 2018, Vozes e rostos pelos direitos das meninas e mulheres, ANP com Rede Mulheres Parlamentares, Bissau

Fotos 12 e 13: Luzia, 2017, Encontro com Líderes religiosos na Madrassa, Bairro Militar

Fotos 14 e 15: Luzia, 2017, Formação de Jornalistas com Carla Adão e Entrega de Diplomas no Centro Cultural Português, Bissau

Foto 16: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Encerramento da Formação com ex-Fanatecas e herdeiras da faca, Bissau

Foto 17: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Encontro de Ex-fanatecas e herdeiras da faca, Bissau

Foto 18: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Encontro com Presidente da União Nacional dos Imames, Imã de Mansoa, Mansoa

Foto 19: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Sessão de Sensibilização, Bairro Cupilum de Baixo

Foto 20: Luzia, 2017, Apresentação Oficial do Projecto em sessão pública no Centro Cultural Português, Bissau

Foto 21: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Dia Internacional de Tolerância Zero à MGF, 6 de fevereiro de 2018, Centro Cultural Português, Bissau

Foto 22: P&D Factor, 2018, XII Colóquio Os Direitos Humanos na Ordem do Dia, GPPsPD, Assembleia da República, 29 de maio, Lisboa

Foto 23: P&D Factor, 2018, Audição com a Sub-comissão Parlamentar de Igualdade, Assembleia da República, Lisboa



Foto 24: P&D Factor, 2018, Membros dos Governos de Portugal e da Guiné-Bissau na abertura do Seminário e Workshop: Meninas e Mulheres, Educação, Saúde, Igualdade, Direitos sem deixar ninguém para trás, Universidade Lusófona de Bissau, 13 setembro de 2018

Foto 25: Maria Manuel Andrade, 2018, Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, 3 julho de 2018

Fotos 26, 27, 28 e 29: Maria Manuel Andrade, 2018, Assinatura da Declaração de Compromisso para o Engajamento e Abandono das Práticas Nefastas e Defesa dos Direitos Humanos de Meninas Jovens e Mulheres, pelas Presidentes do CNAPN, Rede de Mulheres Parlamentares e P&D Factor e representantes dos 10 Bairros abrangidos pelo projeto

Foto 30: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Encontro com Mulheres, Bairro de Bissaque

Foto 31: Luzia, 2018, Detalhe da formação Senhoras de Si, Almada

Foto 32: P&D Factor, 2017, em centro de acolhimento, Bissau

Foto 33: Luzia, 2017, Regresso a casa após sessão sobre Direitos Humanos das Mulheres, Bairro Háfia

Foto 34: Maria Manuel Andrade, 2018, Bairro de S. Paulo

Foto 35: Luzia, 2017, Encontro com Mulheres e lideranças do Bairro Quelélé, Bissau

Foto 36: CNAPN, 2017, Presidentes da CIG e CNAPN em Djumbai sobre o Projecto, Bissau

Foto 37: CNAPN, 2017, Formação de Promotores Locais do Projeto, Bissau

Foto 38: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Formação de Profissionais de Saúde, Bissau

Foto 39: Maria Manuel Andrade, 2018, Embaixadora de Boa Vontade da UNICEF, Tchuma Bari com a Presidente do CNAPN, Fatumata Djau Baldé e Fatumata Baldé, Voluntária do CNAPN, julho 2018, Bissau

Foto 40: Luzia, 2017, lideranças comunitárias e juvenis em sessão de sensibilização no Bairro Quelélé, Bissau

Foto 41: Maria Manuel Andrade, 2018, Bissau

Fotos 42 e 43: Maria Manuel Andrade, 2018, Bairro Militar

Foto 44: Tiago Lopez Fernandes, 2018, Mensagem com Facas da prática da MGF/E, Bissau

P&D-1218-18

INICIATIVA:

**P&D FACTOR**  
Associação para o Desenvolvimento com População e Desenvolvimento  
Associação sem fins lucrativos | ONG-D | NIPC 510457754  
Email: [info@popdesenvolvimento.org](mailto:info@popdesenvolvimento.org)  
Site: [www.popdesenvolvimento.org](http://www.popdesenvolvimento.org)



APOIO DE:



**REPÚBLICA PORTUGUESA**  
SECRETARIA DE ESTADO  
PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE